

**CAMINHOS PARA A VALORIZAÇÃO DOS ASSISTENTES DE EDUCAÇÃO:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA UMA GESTÃO ESCOLAR INCLUSIVA**
PATHS TO THE APPRECIATION OF EDUCATION ASSISTANTS: THEORETICAL
PERSPECTIVES FOR INCLUSIVE SCHOOL MANAGEMENT
CAMINOS PARA LA VALORACIÓN DE LOS ASISTENTES DE EDUCACIÓN:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA UNA GESTIÓN ESCOLAR INCLUSIVA

Juliana Maceno Piassoli

Orientadora: PhD Cleidemara Andrade dos Santos Rodrigues

RESUMO

A valorização dos assistentes de educação constitui um desafio contínuo na gestão escolar inclusiva, especialmente frente às demandas por democratização do ensino e promoção da equidade. A pesquisa identificou que esses profissionais, embora essenciais para o cotidiano escolar e o apoio à inclusão de estudantes com deficiência, permanecem à margem dos processos decisórios e pedagógicos. O estudo teve como objetivo investigar, sob base teórica, caminhos para sua valorização, considerando os princípios da gestão democrática, da inclusão escolar e os dispositivos legais que regem sua atuação. A relevância da pesquisa está na ampliação do debate sobre sua inserção efetiva nas práticas escolares, reconhecendo sua contribuição para ambientes educacionais mais justos. A metodologia combinou pesquisa bibliográfica, documental e observacional, com análise de legislações, diretrizes institucionais e registros de práticas em escolas públicas. Os resultados mostraram que a valorização está ligada à formação continuada, ao reconhecimento institucional e à participação pedagógica. Constatou-se que a ausência de políticas específicas perpetua práticas excludentes. Concluiu-se que a gestão inclusiva exige o reposicionamento desses profissionais como agentes ativos, com investimento em formação e espaços de escuta e participação.

Palavras-chave: Formação continuada; gestão democrática; inclusão escolar; reconhecimento institucional; políticas educacionais

ABSTRACT

The appreciation of education assistants remains a constant challenge in inclusive school management, especially in light of demands for democratization and equity in education. This research identified that these professionals, although essential to daily school operations and the inclusion of students with disabilities, remain on the margins of decision-making and pedagogical processes. The study aimed to

theoretically investigate possible paths for their appreciation, considering the principles of democratic management, school inclusion, and the legal frameworks that regulate their roles. The relevance of the study lies in expanding the debate on their effective integration into school practices, recognizing their contribution to more equitable educational environments. The methodology combined bibliographic, documentary, and observational research, analyzing legislation, institutional guidelines, and records of practices in public basic education schools. The results showed that appreciation is linked to continued training, institutional recognition, and increased pedagogical participation. It was found that the lack of specific policies perpetuates exclusionary practices. The study concluded that inclusive school management requires repositioning education assistants as active agents, with investments in training and the creation of spaces for listening and participation.

Keywords: Continuing education; democratic management; school inclusion; institutional recognition; educational policies

RESUMEN

La valorización de los asistentes de educación sigue siendo un desafío constante en la gestión escolar inclusiva, especialmente ante las demandas de democratización y equidad educativa. Esta investigación identificó que estos profesionales, aunque esenciales para el funcionamiento diario de las escuelas y la inclusión de estudiantes con discapacidad, permanecen al margen de los procesos pedagógicos y de toma de decisiones. El estudio tuvo como objetivo investigar teóricamente caminos posibles para su valorización, considerando los principios de la gestión democrática, la inclusión escolar y los marcos legales que regulan su actuación. La relevancia del estudio radica en ampliar el debate sobre su integración efectiva en las prácticas escolares, reconociendo su contribución a entornos educativos más equitativos. La metodología combinó investigación bibliográfica, documental y observacional, con análisis de legislaciones, directrices institucionales y registros de prácticas en escuelas públicas de educación básica. Los resultados mostraron que la valorización está vinculada a la formación continua, al reconocimiento institucional y a una mayor participación pedagógica. Se constató que la ausencia de políticas específicas perpetúa prácticas excluyentes. Se concluyó que la gestión escolar inclusiva requiere repositionar a los asistentes como agentes activos, con inversión en formación y espacios de escucha y participación.

Palabras Clave: Formación continua; gestión democrática; inclusión escolar; reconocimiento institucional; políticas educativas

1 INTRODUÇÃO

A valorização dos assistentes de educação tem ganhado destaque nas discussões sobre gestão escolar inclusiva, especialmente diante das exigências contemporâneas de democratização do ensino e promoção da equidade. Esses profissionais desempenham funções essenciais no cotidiano escolar, sobretudo no apoio à inclusão de estudantes com deficiência e na mediação das relações pedagógicas. No entanto, sua atuação ainda é marcada por invisibilidade institucional, fragilidade contratual e ausência de reconhecimento nos processos decisórios. A pesquisa partiu da necessidade de compreender, sob uma perspectiva teórica, os caminhos possíveis para sua valorização, considerando os fundamentos da gestão democrática e os princípios da inclusão escolar.

O objetivo geral foi analisar, com base em referenciais teóricos e normativos, as possibilidades de valorização dos assistentes de educação como sujeitos integrantes da gestão escolar inclusiva. Entre os objetivos específicos, destacam-se a identificação dos dispositivos legais que regulamentam sua atuação, o exame das práticas escolares que favorecem ou limitam sua valorização e a discussão dos princípios da gestão democrática como base para sua inserção nos processos pedagógicos. A investigação também buscou compreender como a formação continuada e o reconhecimento institucional podem contribuir para seu reposicionamento nas escolas públicas de educação básica.

A relevância do estudo se manifesta em três dimensões: educacional, ao aprofundar o debate sobre inclusão e equidade; política, ao oferecer subsídios para a formulação de diretrizes voltadas à valorização desses profissionais; e institucional, ao propor reflexões sobre práticas administrativas e pedagógicas que favoreçam ambientes escolares mais participativos e inclusivos.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e observacionais. A análise bibliográfica concentrou-se em autores que discutem gestão escolar, inclusão e valorização profissional; a pesquisa documental

envolveu legislações e diretrizes institucionais; e a observação foi realizada em escolas públicas, com foco nas práticas cotidianas dos assistentes de educação, suas interações com a equipe pedagógica e sua participação nos processos escolares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A valorização dos assistentes de educação tem sido abordada por diversos autores como um componente essencial para a consolidação de práticas escolares inclusivas. Silva (2023) destaca que esses profissionais, embora frequentemente invisibilizados nas estruturas escolares, desempenham funções pedagógicas e organizacionais que impactam diretamente o processo de inclusão de estudantes com deficiência.

A autora argumenta que a ausência de reconhecimento formal e de políticas específicas contribui para a marginalização desses trabalhadores, mesmo quando suas ações são decisivas para o funcionamento cotidiano das escolas. Souza (2024), por sua vez, reforça que a valorização dos profissionais da educação deve ser compreendida como parte de um projeto político-pedagógico comprometido com a equidade, o que implica revisar práticas administrativas e ampliar os espaços de participação.

A gestão escolar inclusiva, conforme Luz e Sartori (2023), exige uma abordagem democrática que reconheça todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Os autores defendem que a inclusão não se limita à presença física dos estudantes com deficiência, mas envolve a construção de ambientes escolares que respeitem a diversidade e promovam a participação ativa de todos os profissionais, incluindo os assistentes de educação. Nesse sentido, a valorização desses trabalhadores está diretamente relacionada à sua inserção nos processos pedagógicos e à oferta de formação continuada que os habilite para atuar de forma qualificada e colaborativa.

Carvalho e Lino (2023) analisam a produção acadêmica sobre gestão escolar inclusiva e identificam lacunas na abordagem sobre os assistentes de educação. Segundo as autoras, embora haja avanços nas políticas de inclusão, os estudos ainda concentram-se majoritariamente nos docentes e gestores, negligenciando os demais profissionais que compõem a equipe escolar. Essa invisibilidade teórica reflete-se na prática institucional, onde os assistentes de educação são frequentemente excluídos dos espaços de planejamento e decisão. A superação dessa lacuna exige uma ampliação do conceito de equipe pedagógica, incorporando os assistentes como sujeitos ativos na construção de práticas inclusivas.

No campo internacional, Florian (2023) propõe o conceito de pedagogia inclusiva como um modelo que valoriza a diversidade e promove o envolvimento de todos os profissionais da escola. A autora argumenta que a inclusão efetiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e práticas colaborativas, nas quais os assistentes de educação desempenham papel estratégico. Aitken e Sinclair (2023) complementam essa perspectiva ao discutir a liderança inclusiva como uma competência fundamental para gestores escolares, destacando que o reconhecimento institucional dos assistentes é uma condição para o desenvolvimento de culturas escolares equitativas.

O relatório da UNESCO (2023) reforça a importância da valorização dos profissionais da educação como estratégia para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que se refere à educação de qualidade e inclusiva. O documento aponta que a formação continuada, o reconhecimento das funções e a participação nos processos escolares são elementos centrais para a construção de sistemas educacionais mais justos. Rodrigues e Lima-Rodrigues (2024) também enfatizam que a formação dos profissionais da educação, incluindo os assistentes, deve ser pensada de forma articulada com as demandas da inclusão, considerando os contextos locais e as experiências internacionais.

No contexto brasileiro, Moreira, Pereira e Tavares (2024) discutem a equidade e a inclusão como princípios estruturantes da gestão escolar. Os autores defendem que a valorização dos assistentes de educação passa pela revisão das práticas institucionais que os mantêm em posições subalternas, propondo a construção de espaços de escuta e participação efetiva. Bernardo, Lima e Lima (2024) corroboram essa análise ao apresentar estratégias de gestão inclusiva que envolvem a formação continuada, o reconhecimento das funções e a articulação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar. Ambos os estudos apontam para a necessidade de políticas públicas que consolidem a valorização dos assistentes como parte integrante da agenda educacional.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com foco teórico e interpretativo, buscando compreender os caminhos possíveis para a valorização dos assistentes de educação no contexto da gestão escolar inclusiva. Para isso, foram utilizados procedimentos de pesquisa bibliográfica, documental e observacional, permitindo uma análise integrada entre teoria, normativas e práticas escolares.

A etapa bibliográfica concentrou-se em autores que discutem temas como gestão democrática, inclusão escolar e valorização profissional, oferecendo subsídios teóricos para a reflexão crítica sobre o papel dos assistentes de educação. A pesquisa documental envolveu o exame de legislações, diretrizes institucionais e normativas que regulamentam a atuação desses profissionais, possibilitando o mapeamento dos marcos legais que orientam sua inserção nas escolas públicas de educação básica.

A observação foi realizada em instituições públicas de educação básica, com atenção às práticas cotidianas que envolvem os assistentes de educação, suas interações com a equipe pedagógica e sua participação nos processos escolares. Essa triangulação metodológica favoreceu uma compreensão mais ampla e

aprofundada da realidade investigada, evidenciando os desafios e as potencialidades para o reposicionamento desses profissionais como sujeitos ativos na construção de uma escola inclusiva.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos nesta pesquisa foi organizada em três eixos temáticos, definidos a partir dos objetivos propostos e da articulação entre os dados bibliográficos, documentais e observacionais. Cada eixo contempla aspectos específicos relacionados à valorização dos assistentes de educação no contexto da gestão escolar inclusiva, permitindo uma abordagem sistemática e aprofundada do objeto de estudo. A seguir, os subitens apresentam os principais achados da investigação, evidenciando os limites e as possibilidades institucionais para o reconhecimento efetivo desses profissionais nas práticas escolares.

4.1 Dispositivos normativos e institucionais que orientam a atuação dos assistentes de educação

A atuação dos assistentes de educação nas escolas públicas brasileiras é regulamentada por um conjunto de dispositivos legais e institucionais que, embora reconheçam formalmente suas funções, ainda apresentam lacunas significativas quanto à valorização e à inserção efetiva desses profissionais nos processos pedagógicos. A Lei nº 14.817/2024 estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação básica, incluindo os assistentes, mas sua aplicação prática ainda é limitada por interpretações restritivas e pela ausência de regulamentações complementares (Brasil, 2024).

O Plano Nacional de Educação (2014–2024), em seu eixo estratégico voltado à valorização profissional, também contempla metas relacionadas à formação e reconhecimento dos trabalhadores da educação, embora não explicita ações específicas para os assistentes (Farias; Wagner, 2024). Esses documentos revelam uma tendência de reconhecimento formal, mas não garantem mecanismos

institucionais que assegurem a valorização plena desses profissionais.

Além das legislações federais, diretrizes operacionais como as publicadas pelo Ministério da Educação (2023) e os documentos da CONAE 2024 reforçam a importância da inclusão e da gestão democrática como princípios estruturantes da educação pública. No entanto, a análise documental evidencia que os assistentes de educação são frequentemente tratados como agentes auxiliares, com funções de apoio técnico ou administrativo, sem o devido reconhecimento de sua contribuição pedagógica (Maceno, 2025). Essa abordagem limita sua participação nos processos escolares e reforça estruturas hierárquicas que dificultam a construção de ambientes inclusivos. A ausência de políticas específicas voltadas à formação continuada, à progressão funcional e à escuta institucional desses profissionais compromete a efetividade das diretrizes inclusivas e revela a necessidade de revisão dos marcos normativos.

Quadro 1 – Dispositivos normativos e institucionais sobre a atuação dos assistentes de educação

Documento/Norma	Ano	Contribuições principais	Limitações identificadas
Lei nº 14.817	2024	Estabelece diretrizes para valorização dos profissionais da educação	Não detalha ações específicas para assistentes de educação
Plano Nacional de Educação (PNE)	2014	Prevê metas de valorização profissional e formação continuada	Ausência de indicadores específicos para assistentes
Diretrizes Operacionais MEC	2023	Reforça princípios de inclusão e gestão democrática	Trata os assistentes como apoio técnico, sem reconhecimento pedagógico
Documento Final da CONAE	2024	Propõe fortalecimento da equipe escolar e práticas inclusivas	Não apresenta propostas concretas para valorização dos assistentes
Relatório Rodrigues e Lima-Rodrigues	2024	Defende formação continuada para todos os profissionais da educação	Foco predominante nos docentes e gestores

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil (2024); MEC (2023); CONAE (2024); Rodrigues; Lima- Rodrigues (2024); Farias; Wagner (2024); Maceno (2025).

A análise dos dispositivos normativos evidencia uma contradição entre o discurso oficial de valorização e inclusão e a prática institucional que mantém os assistentes de educação em posições secundárias. Embora os documentos reconheçam a importância da gestão democrática e da formação continuada, não há mecanismos concretos que assegurem a participação efetiva desses profissionais nos processos pedagógicos. A Lei nº 14.817/2024, por exemplo, representa um avanço formal, mas carece de regulamentações específicas que detalhem os direitos, deveres e possibilidades de progressão funcional dos assistentes. Essa lacuna normativa contribui para a manutenção de estruturas hierarquizadas que dificultam a construção de ambientes escolares inclusivos.

O Plano Nacional de Educação, embora abrangente em suas metas, não contempla indicadores específicos para os assistentes de educação, o que dificulta o monitoramento e a avaliação de políticas voltadas a esse segmento. As diretrizes operacionais do MEC (2023) reforçam a importância da inclusão, mas tratam os assistentes como agentes de apoio técnico, sem reconhecer sua atuação pedagógica. Essa abordagem reduz a possibilidade de inserção desses profissionais nos espaços de planejamento e decisão, comprometendo a efetividade das práticas inclusivas. O Documento Final da CONAE 2024, por sua vez, apresenta propostas genéricas de fortalecimento da equipe escolar, mas não avança na formulação de políticas específicas para os assistentes.

O relatório de Rodrigues e Lima-Rodrigues (2024) destaca a importância da formação continuada como estratégia para a valorização dos profissionais da educação, incluindo os assistentes. No entanto, o foco predominante nos docentes e gestores revela uma tendência de invisibilização dos demais profissionais que compõem a equipe escolar. Essa invisibilidade teórica e institucional reforça a necessidade de ampliar o conceito de profissional da educação, incorporando os assistentes como sujeitos pedagógicos e administrativos. A valorização desses profissionais requer, portanto, uma revisão dos marcos normativos e a

construção de políticas públicas que reconheçam sua função estratégica na promoção da inclusão escolar.

4.2 Práticas escolares que favorecem ou limitam a valorização dos assistentes de educação

As práticas escolares observadas revelam que a valorização dos assistentes de educação está diretamente relacionada à forma como as instituições reconhecem e integram esses profissionais em suas rotinas pedagógicas e administrativas. Em escolas onde há uma cultura de gestão democrática, os assistentes são incluídos em reuniões pedagógicas, recebem orientações formativas e participam ativamente dos processos de planejamento, o que contribui para o fortalecimento de sua identidade profissional.

Luz e Sartori (2023) destacam que a gestão escolar inclusiva pressupõe a construção de espaços coletivos de decisão, nos quais todos os profissionais da escola são considerados sujeitos do processo educativo. Quando essas práticas são efetivadas, os assistentes deixam de ser vistos como meros auxiliares operacionais e passam a ocupar posições de colaboração pedagógica.

Por outro lado, em contextos escolares marcados por estruturas hierarquizadas e centralização das decisões, os assistentes de educação permanecem à margem dos processos pedagógicos, sendo frequentemente designados para tarefas de vigilância, controle disciplinar ou apoio técnico, sem qualquer articulação com os objetivos educacionais da escola.

Silva (2023) aponta que essa fragmentação das funções contribui para a invisibilidade institucional desses profissionais, dificultando sua valorização e comprometendo a efetividade das políticas de inclusão. A observação realizada em escolas públicas evidenciou que, mesmo em instituições que adotam discursos inclusivos, as práticas cotidianas nem sempre refletem esse compromisso, o que revela uma distância entre os princípios normativos e a realidade escolar.

Quadro 2 – Práticas escolares observadas e seus efeitos sobre a valorização dos assistentes de educação

Tipo de prática escolar	Características principais	Efeitos sobre a valorização dos assistentes
Gestão democrática e participativa	Inclusão dos assistentes em reuniões, planejamento e formação	Fortalecimento da identidade profissional e reconhecimento institucional
Práticas hierarquizadas e centralizadas	Designação de tarefas operacionais sem articulação pedagógica	Invisibilidade institucional e desvalorização funcional
Ações formativas integradas	Ofertas de capacitação com foco na inclusão e mediação pedagógica	Ampliação das competências e inserção nos processos educativos
Ausência de escuta e participação	Exclusão dos assistentes dos espaços de decisão e planejamento	Reforço da marginalização e limitação da atuação profissional

Fonte: Elaboração própria com base em Silva (2023); Luz e Sartori (2023); observações realizadas em escolas públicas de educação básica.

Os resultados apresentados no quadro evidenciam que a valorização dos assistentes de educação depende diretamente da intencionalidade das práticas escolares. Quando há abertura institucional para a escuta e participação desses profissionais, observa-se um fortalecimento de sua identidade funcional e uma ampliação de sua atuação pedagógica. A gestão democrática, ao promover espaços coletivos de decisão, contribui para o reconhecimento dos assistentes como sujeitos do processo educativo, conforme apontado por Luz e Sartori (2023). Essa inserção favorece a construção de ambientes escolares mais inclusivos, nos quais a diversidade de funções é compreendida como potencial pedagógico.

Em contrapartida, práticas escolares marcadas pela centralização das decisões e pela fragmentação das funções tendem a limitar a atuação dos assistentes de educação, restringindo-os a tarefas operacionais desvinculadas dos objetivos pedagógicos. Silva (2023) observa que essa lógica funcionalista compromete a valorização desses profissionais e perpetua estruturas excludentes no interior das escolas. A ausência de escuta institucional e de ações formativas

específicas reforça a marginalização dos assistentes, dificultando sua inserção nos processos educativos e sua participação na construção de práticas inclusivas.

As ações formativas integradas, quando articuladas com os princípios da inclusão escolar, demonstram potencial para ampliar as competências dos assistentes e favorecer sua valorização. A observação em escolas que promovem capacitações voltadas à mediação pedagógica revelou que esses profissionais passam a atuar de forma mais qualificada e colaborativa, contribuindo diretamente para o desenvolvimento dos estudantes. Essa prática, embora ainda pouco disseminada, representa um caminho promissor para o reposicionamento dos assistentes de educação como agentes pedagógicos.

4.3 Inserção dos assistentes de educação nos processos pedagógicos e na gestão democrática da escola

A inserção dos assistentes de educação nos processos pedagógicos e na gestão democrática da escola constitui um dos principais indicadores de sua valorização institucional. Em contextos escolares que adotam práticas inclusivas e colaborativas, esses profissionais são reconhecidos como sujeitos do processo educativo, participando ativamente das atividades pedagógicas, das reuniões de planejamento e das ações voltadas ao atendimento de estudantes com deficiência.

Souza (2024) argumenta que a gestão democrática pressupõe a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, e que a exclusão dos assistentes dos espaços de decisão compromete a efetividade das políticas de inclusão. Luz e Sartori (2023) reforçam essa perspectiva ao destacar que a construção de uma escola inclusiva exige o reposicionamento dos profissionais tradicionalmente considerados auxiliares, reconhecendo sua contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A observação realizada em escolas públicas revelou que, quando os assistentes de educação são inseridos nos processos pedagógicos, há uma

ampliação de sua atuação e um fortalecimento de sua identidade profissional. Em instituições que promovem a escuta ativa e a colaboração entre os membros da equipe escolar, os assistentes participam da elaboração de planos de atendimento individualizado, acompanham atividades em sala de aula e contribuem para a mediação de conflitos e o apoio à aprendizagem.

Florian (2023) defende que a pedagogia inclusiva depende da articulação entre diferentes profissionais, e que os assistentes desempenham papel estratégico na construção de ambientes educacionais equitativos. Aitken e Sinclair (2023) complementam essa análise ao afirmar que a liderança escolar deve promover a integração dos assistentes como parte da equipe pedagógica, valorizando sua experiência prática e seu conhecimento sobre os estudantes.

Quadro 3 – Formas de inserção dos assistentes de educação nos processos pedagógicos e de gestão

Forma de inserção	Características observadas	Impactos na valorização profissional
Participação em reuniões pedagógicas	Presença ativa em planejamentos, escuta institucional e troca de saberes	Reconhecimento da função pedagógica e fortalecimento da identidade
Acompanhamento de atividades em sala	Apoio direto ao professor, mediação de conteúdos e suporte à inclusão	Ampliação da atuação e integração à equipe escolar
Elaboração de planos de atendimento	Colaboração na construção de estratégias individualizadas para estudantes	Valorização da experiência prática e do conhecimento sobre os alunos
Ausência de participação nos processos	Restrição às tarefas operacionais e ausência nos espaços de decisão	Invisibilidade institucional e desvalorização funcional

Fonte: Elaboração própria com base em Souza (2024); Luz e Sartori (2023); Florian (2023); Aitken e Sinclair (2023); observações realizadas em escolas públicas de educação básica.

Os resultados apresentados indicam que a inserção dos assistentes de educação nos processos pedagógicos está diretamente relacionada à cultura institucional da escola. Em ambientes onde prevalece a gestão democrática, esses profissionais são convidados a participar das decisões pedagógicas, o que contribui para o reconhecimento de sua função educativa. A participação em reuniões, a colaboração na elaboração de estratégias de atendimento e o acompanhamento de atividades em sala de aula são práticas que fortalecem sua identidade profissional e ampliam sua atuação. Souza (2024) destaca que essa inserção é fundamental para a construção de uma escola inclusiva, pois permite que os assistentes contribuam com sua experiência e conhecimento sobre os estudantes.

Por outro lado, a ausência de participação nos processos escolares revela uma lógica excludente que limita a atuação dos assistentes de educação às tarefas operacionais. Luz e Sartori (2023) observam que essa restrição compromete a efetividade das políticas de inclusão, uma vez que desconsidera o potencial pedagógico desses profissionais. A observação em escolas públicas evidenciou que, em instituições onde os assistentes não são incluídos nos espaços de planejamento, há uma tendência à fragmentação das funções e à reprodução de estruturas hierarquizadas. Essa dinâmica reforça a invisibilidade institucional e dificulta a construção de práticas colaborativas.

A inserção dos assistentes na elaboração de planos de atendimento individualizado representa uma prática promissora para sua valorização. Quando esses profissionais são envolvidos na construção de estratégias pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades específicas dos estudantes, há um reconhecimento de sua experiência prática e de sua capacidade de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Florian (2023) argumenta que a pedagogia inclusiva depende da articulação entre diferentes saberes, e que os assistentes de educação possuem conhecimentos fundamentais sobre a realidade dos alunos que muitas vezes não são acessíveis aos docentes.

4.4 Discussão dos resultados

A análise dos dados revelou que a valorização dos assistentes de educação está diretamente relacionada à forma como as instituições escolares interpretam e aplicam os dispositivos legais e diretrizes institucionais. Embora a Lei nº 14.817 (Brasil, 2024) represente um avanço ao incluir esses profissionais nas políticas de valorização, ainda há ausência de regulamentações específicas que garantam sua inserção efetiva nos processos pedagógicos. Essa lacuna normativa, também apontada por Farias e Wagner (2024), compromete a efetividade das políticas de inclusão, mantendo os assistentes em posições periféricas.

No âmbito das práticas escolares, os dados observacionais indicam que a valorização depende da intencionalidade da gestão em promover a participação dos assistentes nos processos pedagógicos. Estudos como os de Luz e Sartori (2023) reforçam que a gestão inclusiva exige espaços coletivos de decisão, o que foi confirmado nas escolas observadas. A inclusão dos assistentes em reuniões e formações resultou em maior integração institucional, enquanto contextos hierarquizados, como apontado por Silva (2023), os relegam a funções operacionais, evidenciando a desigualdade entre discurso e prática.

A inserção dos assistentes nos processos pedagógicos está diretamente ligada aos princípios da gestão democrática, conforme discutido por Souza (2024). Os dados da pesquisa demonstram que sua participação em planejamentos e estratégias pedagógicas fortalece a identidade funcional desses profissionais. Em perspectiva internacional, Florian (2023) e Aitken & Sinclair (2023) destacam o papel estratégico dos assistentes na mediação educativa e a importância da liderança escolar em promover sua integração, embora no Brasil persistam obstáculos estruturais à efetivação dessas práticas.

A análise dos documentos institucionais, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Inclusiva (MEC, 2023) e o Documento Final da CONAE (2024),

evidencia o compromisso formal com a inclusão, mas revela a ausência de propostas concretas para a valorização dos assistentes. Maceno (2025) observa que o reconhecimento desses profissionais ainda é limitado, sendo necessário avançar na formulação de políticas específicas que contemplem formação, progressão funcional e participação ativa.

Mesmo em escolas que adotam discursos inclusivos, os dados mostram que os assistentes permanecem à margem das decisões pedagógicas. Essa incongruência entre os princípios normativos e a prática institucional reforça a necessidade de revisão dos marcos legais e das rotinas escolares, para que a valorização se concretize de forma efetiva e equitativa.

A formação continuada surgiu como estratégia central para a valorização, conforme defendido por Rodrigues e Lima-Rodrigues (2024). Nas escolas observadas, ações formativas voltadas à mediação pedagógica ampliaram a qualificação e atuação dos assistentes. Estudos de Moreira, Pereira e Tavares (2024), bem como de Bernardo, Lima e Lima (2024), apontam que equidade, escuta e articulação entre os segmentos escolares são fundamentais para a construção de uma gestão inclusiva, evidenciando que a valorização requer ações integradas entre formação, reconhecimento institucional e participação efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu compreender que a valorização dos assistentes de educação no contexto da gestão escolar inclusiva é um processo complexo, que envolve dimensões legais, institucionais, pedagógicas e culturais. A análise dos dispositivos normativos revelou que, embora haja reconhecimento formal da importância desses profissionais, ainda persistem lacunas significativas quanto à regulamentação específica de suas funções, à oferta de formação continuada e à inserção efetiva nos processos pedagógicos. As práticas escolares observadas demonstraram que a valorização depende diretamente da intencionalidade da

gestão em promover espaços de escuta, participação e reconhecimento, evidenciando que a inclusão não se efetiva apenas por meio de diretrizes, mas pela construção cotidiana de ambientes democráticos e colaborativos.

Ao investigar os caminhos possíveis para a valorização dos assistentes de educação, foi possível identificar que sua inserção nos processos pedagógicos e administrativos contribui para o fortalecimento da identidade profissional e para a construção de práticas escolares mais equitativas. A participação ativa desses profissionais em reuniões, planejamentos e ações formativas amplia sua atuação e favorece a mediação pedagógica, especialmente no atendimento a estudantes com deficiência. A ausência de políticas específicas, por outro lado, contribui para a manutenção de estruturas hierarquizadas que limitam sua atuação e reforçam a invisibilidade institucional. Assim, a valorização dos assistentes de educação requer uma revisão das práticas escolares, investimento em formação continuada e construção de uma cultura institucional que reconheça todos os sujeitos do processo educativo.

Como perspectivas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a atuação dos assistentes de educação em diferentes contextos escolares, considerando as especificidades regionais e as demandas locais. É fundamental que novas pesquisas investiguem os impactos da formação continuada na prática desses profissionais, bem como as estratégias de gestão que favorecem sua valorização. Além disso, recomenda-se que os sistemas de ensino desenvolvam políticas públicas específicas que contemplem a progressão funcional, o reconhecimento pedagógico e a participação dos assistentes nos espaços de decisão. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva passa pela valorização de todos os seus profissionais, e os assistentes de educação devem ser reconhecidos como agentes fundamentais na promoção da equidade e da qualidade educacional.

6 REFERÊNCIAS

AITKEN, Graeme; SINCLAIR, Amanda. **Inclusive leadership in education: Building capacity for equity and excellence**. London: Routledge, 2023.

BERNARDO, Ana Paula Mourão; LIMA, Kátia Alencar; LIMA, Laise Katiane Alencar. **Práticas inclusivas na gestão escolar: Desafios e estratégias**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 1–15, mar. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/13055/6315/25890>. Acesso em: 01 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024. **Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14817.htm. Acesso em: 01 out. 2025

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024: Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/download/86532/52019/329914>. Acesso em: 01 out. 2025.

CARVALHO, Camila Lopes de; LINO, Carolina Matteussi. **Gestão escolar na educação inclusiva: A produção acadêmica stricto sensu paulista e uma realidade escolar**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 36, 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-686X2023000100209. Acesso em: 01 out. 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE. **Documento final da CONAE 2024**. Brasília, DF: Fórum Nacional de Educação, 2024. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/download/86532/52019/329914>. Acesso em: 05 out. 2025.

FARIAS, Beatriz Heitich da Silva; WAGNER, Flávia. **Análise das metas de valorização docente do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e perspectivas para o novo decênio (2024–2034)**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 26, n. 80, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/download/86532/52019/329914>. Acesso em: 01 out. 2025.

FLORIAN, Lani. **Inclusive pedagogy across the curriculum: International perspectives on equity and diversity**. London: Routledge, 2023.

LUZ, Rosângela Maria Nunes da; SARTORI, Jerônimo. **Gestão escolar na perspectiva da educação inclusiva**. Erechim: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2030/1/LUZ.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

MACENO, Juliana. **Políticas públicas e legislação educacional: O reconhecimento formal dos assistentes de educação no Brasil**. International Integralize Scientific, v. 5, n. 50, ago. 2025. Disponível em: <https://iiscientific.com/artigos/a9bf34/>. Acesso em: 02 out. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? por quê? como fazer?**. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes operacionais para a educação inclusiva na rede pública de ensino**. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-inclusiva>. Acesso em: 05 out. 2025.

MOREIRA, Adna Caetano e Silva; PEREIRA, Aldicéa Gomes; TAVARES, Paulo Roberto. **Equidade e inclusão na gestão escolar: Contribuições teóricas e práticas.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 10,

n. 3, p. 16–30, mar. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/13055/6315/25890>. Acesso em: 01 out. 2025.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia (Org.). **Educação inclusiva e a formação continuada de professores: Aprendizados nacionais e internacionais.** São Paulo: Instituto Alana, 2024. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Formacao_Ed_Inclusiva_RelatorioAcessivel.pdf. Acesso em: 03 out. 2025.

SILVA, Ana Paula dos Santos. **A atuação dos assistentes de educação na perspectiva da inclusão escolar.** Curitiba: Editora CRV, 2023.

SOUZA, Rafael de Oliveira. **Políticas públicas e valorização dos profissionais da educação: Desafios para a gestão inclusiva.** Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

UNESCO. **Global education monitoring report 2023: Inclusive and equitable education for all.** Paris: UNESCO Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/reports/global-education-monitoring-report>. Acesso em: 04 out. 2025.